CAPÍTULO 9

Trabalho e sociedade

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Entender que o mundo do trabalho é constituído de fenômenos mutáveis, suscetíveis à interferência de diferentes atores políticos e sociais.
- Associar as transformações do mundo do trabalho às modificações que ocorrem na dinâmica da produção capitalista.
- Avaliar a importância das transformações no mundo do trabalho e seus impactos nos trabalhadores, nos sentidos do trabalho e na organização social.

LEWIS W. HINE/ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

Trabalhadores da construção civil almoçam em viga de arranha-céu de Manhattan, em 1932. No período da Grande Depressão – grave crise econômica mundial que se iniciou depois da quebra da Bolsa de Valores de Nova York (Estados Unidos), em 1929 –, houve forte aumento do desemprego.

FOTO: DARIO OLIVEIRA/CODIGO19/FOLHAPRESS

Trabalhadores protestam contra o projeto que regulamenta a terceirização (PL 30/2015) em São Paulo (SP, 2015). A ampliação das terceirizações é vista por segmentos da classe trabalhadora como um meio de supressão de direitos trabalhistas.

TOMOHIRO OHSUMI/BLOOMBERG/GETTY IMAGES

Linha de montagem da empresa de motocicletas da empresa Honda, no Japão, em foto de 2014. Apesar das mudanças que as tecnologias trouxeram ao mundo do trabalho, a produção e a montagem dos produtos ainda são feitas em fábricas que exigem longas horas de trabalho repetitivo em troca de baixos salários.

◆ Questão motivadora

Por que a tecnologia, apesar de aumentar a produtividade, não garante necessariamente melhores condições de vida e de trabalho para a maior parte dos trabalhadores?

Terceirização
É o fenômeno pelo qual uma empresa contrata, por meio de outra, os trabalhadores necessários para realizar determinadas atividades. A empresa tomadora do serviço se beneficia da mão de obra necessária para a realização de suas atividades, mas não estabelece nenhum vínculo duradouro com o trabalhador.

O progressivo desenvolvimento do capitalismo promoveu a reorganização social, cultural e econômica da sociedade europeia. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a ideologia capitalista instituiu a orientação para o trabalho como modo de realização individual e social. Contudo, a degradação, a exploração e as péssimas condições de trabalho contradiziam esse modelo.

No século XX, a sociedade capitalista ocidental intensificou o ritmo da produção industrial. A crescente demanda por produtos industrializados, característica da sociedade de consumo, fez com que a produção se acelerasse, assim como o trabalho, o que alterou drasticamente a vida do trabalhador, considerado, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo (consumidor).

Na sociedade contemporânea, o temor do desemprego e a precarização das relações trabalhistas, resultado de práticas como a **terceirização** e as atividades informais, têm gerado incertezas e inconstâncias no mundo do trabalho.

Embora o conceito de trabalho tenha assumido diferentes significados ao longo da história, essa atividade sempre foi indispensável na vida das pessoas, pois é por meio dela que o ser humano cria as condições para sua sobrevivência.

A questão do trabalho em Marx, Weber e Durkheim

Para a Sociologia, a vida cotidiana é marcada profundamente pelo modo como as relações de trabalho se apresentam em determinado momento histórico. É impossível dissociar a esfera de trabalho dos tipos de relação social vigentes em cada contexto. Como vimos, as transformações no mundo do trabalho acompanharam as intensas mudanças que ocorreram ao longo da história, sendo condicionadas pelas visões dominantes de cada período.

Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim dedicaram parte central de suas teorias à reflexão sobre o mundo do trabalho capitalista. De modos diferentes, esses expoentes do pensamento sociológico elaboraram análises que ainda hoje ajudam a compreender a sociedade em que vivemos.

Karl Marx e a história da exploração do homem

Karl Marx examinou o universo do trabalho na caracterização e na compreensão da vida social. Para ele, a divisão social do trabalho (diferenciação dos grandes ramos da produção social – agricultura, indústria etc. – e do trabalho individualizado em uma oficina ou fábrica) acompanha o desenvolvimento das sociedades: seus estágios variam de acordo com os diferentes modos de produção existentes ao longo da história. A divisão da sociedade em classes é definida essencialmente pela posição ocupada pelos indivíduos no processo produtivo, ou seja, proprietários ou não dos meios de produção (máquinas, ferramentas, terras, matéria-prima), que correspondem, respectivamente, à burguesia e ao proletariado.

Marx identifica três elementos no processo de trabalho: a força de trabalho (o potencial humano), o objeto de trabalho (aquilo que será modificado pela atividade humana) e o meio de trabalho (os instrumentos utilizados para produzir os itens ou o espaço em que são produzidos). Nas sociedades capitalistas, o trabalho serve para produzir uma mercadoria com valor de troca (destinada à venda). Como essa mercadoria é propriedade do burguês, o excedente econômico – lucro – obtido com a troca ou venda dessa mercadoria também fica com ele.

Livro

- **CAMPOS, Anderson. *Juventude e ação sindical.***

Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010

O livro problematiza a situação vivida pelos jovens em sua inserção no mundo do trabalho e analisa a precarização das relações de trabalho e das lutas desenvolvidas para melhorar essa condição.

Filme

- **Terceirização – a escravidão em versão neoliberal**

Brasil, 2005.
Realização: Sindieletro-MG.
Duração: 24 min.

O documentário trata da terceirização e da precarização do trabalho na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Em 1995, parte das ações da empresa foi privatizada e a contratação de terceirizados ganhou amplo espaço. Contudo, como mostra o vídeo, as condições de trabalho entre funcionários contratados e terceirizados eram bem diferentes.

O principal mecanismo utilizado pelos donos dos meios de produção para obter o lucro foi denominado por Marx de **mais-valia** – excedente de valor obtido pela exploração do trabalho. Mas como isso acontece? A transformação de uma matéria-prima por meio do trabalho agrega valor ao produto. Ou seja, o trabalho, no processo produtivo, gera valor. A força de trabalho, sendo pensada como uma mercadoria, que pode ser vendida e comprada, quando empregada na transformação de um objeto, acrescenta valor a ele. Esse valor, no entanto, não é adequadamente pago ao trabalhador, sendo apropriado pelo dono dos meios de produção. Em outras palavras, mais-valia é a diferença entre a quantidade de trabalho necessária para produzir uma mercadoria e o que o trabalhador efetivamente recebe como salário para produzi-la.

Há dois modos de gerar mais-valia. O primeiro está relacionado ao aumento de horas trabalhadas, o que permite ao burguês se apropriar do aumento de riqueza gerada pelo proletário, já que este passa mais tempo trabalhando e, portanto, aumenta a produção – mais-valia absoluta. O segundo modo é aquele que deriva da incorporação de tecnologia ou de organização do trabalho que aumente a produtividade do trabalhador. Nessa situação, não há necessariamente aumento no número de horas trabalhadas, mas se produz mais riqueza em um período de tempo igual – mais-valia relativa. Portanto, uma coisa é o valor pago pelo burguês pela força de trabalho, isto é, o salário, e outra é o quanto esse trabalho rende ao capitalista.

Para Marx, a exploração do trabalhador começa com a expropriação dos meios de produção. Do processo de trabalho no qual os homens coletivamente transformam e produzem itens restou ao trabalhador somente a força de trabalho, que é, então, vendida ao capitalista como mercadoria. O proletariado é explorado pela burguesia quando ela se apropria do excedente da produção, o que configura e inicia uma forma de desigualdade social. O caráter contraditório das relações de trabalho está no fato de que o aumento de produtividade não melhora a vida dos trabalhadores; ao contrário, o que ocorre é um processo de pauperização e de proletarização da sociedade, do qual uma das consequências é a desigualdade social.

Como consequência da divisão social do trabalho na sociedade capitalista, o trabalhador fica sujeito a um processo de alienação. Esse processo está relacionado à desapropriação dos meios de produção, à falta de controle sobre o processo de trabalho e à sua dificuldade de se apropriar das mercadorias que resultam de seu trabalho.

Livro

◆ **ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.**

São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

No livro, o autor discute as diferentes definições do trabalho, destacando que o sentido atribuído pelo capital ao trabalho não é o mesmo atribuído pela humanidade. Além disso, ele chama a atenção dos leitores para a possibilidade de concluirmos, precipitada e equivocadamente, que o trabalho perdeu a centralidade e a importância para a compreensão do mundo contemporâneo.

BALDINGER

A exploração dos trabalhadores é uma marca do capitalismo. O combate à desigualdade exige uma nova organização do trabalho e da produção.

◆ Max Weber e a ética do trabalho

Ao analisar o tema trabalho, Max Weber partiu de pontos de vista diferentes dos de Marx. Weber propõe uma compreensão do capitalismo que parte do âmbito cultural em vez do econômico. Para ele, o capitalismo industrial tem sua gênese na ideologia puritana e calvinista. No século XVI, com o advento da Reforma protestante, a Igreja católica perdeu o monopólio religioso na Europa e surgiram diferentes vertentes do protestantismo. Weber analisou os puritanos e os calvinistas, seguidores da reformulação da doutrina cristã que ocorreu na Inglaterra no século XVI.

A **solidariedade mecânica**, de acordo com Durkheim, é típica de sociedades pré-capitalistas, nas quais a coesão social se constrói por meio da forte identificação dos indivíduos com as tradições e os costumes culturais da comunidade, pois a divisão do trabalho pouco influencia as relações. Nesses casos, a consciência coletiva exerce intenso poder de coerção nas ações individuais.

A **divisão social do trabalho** é um processo de especialização de funções que torna os indivíduos interdependentes. Para Durkheim, a modernidade é caracterizada pela predominância da solidariedade orgânica, sendo que a divisão do trabalho produz um elo entre os indivíduos. Já nas sociedades capitalistas, caracterizadas pelo alto grau de divisão do trabalho e por uma maior heterogeneidade cultural, Durkheim aponta a existência da **solidariedade orgânica**. A grande diversidade de funções e de trabalhos produzidos nessas sociedades faz com que se fortaleça a interdependência entre os integrantes. Nesse caso, a coesão social não é garantida pela rigidez de uma consciência coletiva (coercitiva), mas baseia-se na exigência de suprir as necessidades individuais tendo em mente o que é produzido pelos outros membros do grupo.

PAULO FRIDMAN/PULSAR IMAGENS

A intensa divisão do trabalho aumenta a interdependência entre os trabalhadores, o que dá origem à solidariedade orgânica. Na foto, trabalhadores costuram sacos para serem usados na exportação de café na cidade de Manaus (AM, 2013).

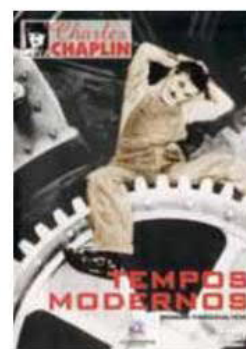
Nesse caso, Durkheim interpreta as tensões sociais criadas pela exploração capitalista como um problema moral, isto é, se a divisão do trabalho não produz coesão social é porque as relações entre os diversos setores da sociedade não estão adequadamente regulamentadas pelas instituições sociais existentes, o que gera anomia.

3 As experiências de racionalização do trabalho

Com o crescimento da industrialização, o método de controle da produção de bens materiais passou a ser um componente cada vez mais expressivo do antagonismo entre os interesses de burgueses e os de proletários. A partir da segunda metade do século XIX, desenvolveu-se uma área do conhecimento científico fundamentada em normas e funções que visavam organizar o espaço produtivo e aumentar a produtividade do trabalho. Entre as diversas teorias que surgiram, ganhou destaque a do engenheiro estadunidense Frederick W. Taylor, que propunha estratégias gerenciais fundamentadas em um rigoroso controle de tempo e de movimentos, na especialização das atividades e na remuneração por desempenho.

A principal característica desse método é a separação entre o planejamento e a execução das atividades. Esse sistema organizacional, chamado de **taylorismo**, busca a padronização de todas as atividades de produção, definidas pela administração e posteriormente repassadas aos trabalhadores. O objetivo do sistema é o aumento da produtividade por meio de mecanismos que permitam às administrações controlar e intensificar o ritmo e, assim, aumentar o lucro dos donos dos meios de produção.

Filme

◆ **Tempos modernos**

REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 1936.
Direção: Charles Chaplin.
Duração: 87 min.

O filme retrata a dura realidade vivida pelos trabalhadores no período da Grande Depressão de 1929 e é uma crítica às relações e às condições de trabalho no sistema capitalista.

Filme

- A classe operária vai ao paraíso

REPRODUÇÃO

Itália, 1971.
Direção: Elio Petri.
Duração: 125 min.

O filme mostra a trajetória de Lulu Massa, operário italiano do período áureo do fordismo, que se dedica inteiramente à linha de produção até sofrer um acidente e começar a questionar toda a estrutura da fábrica e o próprio sistema capitalista.

Quem escreveu sobre isso

AKG-IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK

Frederick Taylor desenvolveu métodos científicos para a administração de empresas.

Frederick Taylor

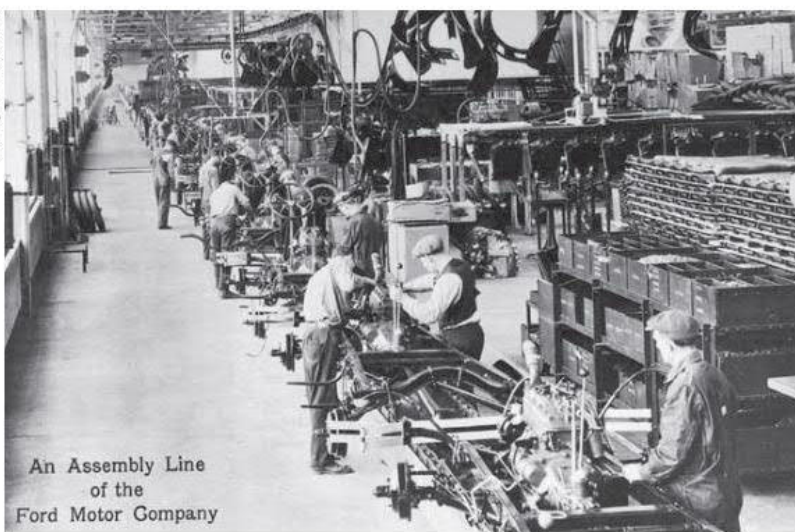
Frederick Winslow Taylor (1856-1915) nasceu na Filadélfia, nos Estados Unidos. Formou-se em Engenharia Mecânica em 1883. Considerado o pai da administração científica, procurou desenvolver métodos científicos para a administração de empresas, visando à eficiência operacional na administração industrial. Em seu livro *Princípios de administração científica*, de 1911, defendeu a racionalização das tarefas que cabiam à administração e à produção, com o intuito de obter maior rapidez e precisão no trabalho, o que aumentaria a produtividade nas fábricas.

Um modelo prático de organização da produção que se baseou no taylorismo foi o **fordismo**. Seu criador, Henry Ford, desempenhou papel fundamental na difusão do sistema de organização do trabalho que aliou o esquema taylorista às suas próprias ideias. Proprietário da Ford Motor Company, em Detroit, Estados Unidos, Ford inovou o cenário industrial a partir de 1914, ao produzir veículos padronizados e em grandes quantidades – o que barateava os custos de produção –, para alcançar o consumo em massa. Para isso, foi criada uma linha de montagem em série, na qual os trabalhadores se fixavam em seus postos e os objetos de trabalho se deslocavam em trilhos ou esteiras. Cada trabalhador deveria ser especializado em uma única tarefa, e o ritmo era ditado pela velocidade da linha de produção. Ao repetir movimentos iguais incessantemente, o operário atuava como uma peça da máquina, alienado do conjunto de seu trabalho.

Os ganhos de produtividade – e a exploração da força de trabalho – foram bastante significativos. A ênfase na separação entre a concepção (gerência) e a execução (trabalho) ampliou a alienação do trabalho. Partia-se do princípio de que os trabalhadores eram pagos para executar, não para pensar.

O modelo **taylorista-fordista** ocasionou alto índice de rotatividade, sobretudo nas áreas mais próximas às linhas de produção, com baixo nível de qualificação educacional e profissional dos operários, o que os tornava descartáveis. Esse sistema de organização do trabalho se expandiu para o mundo e passou a ser amplamente utilizado no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, a partir do grande crescimento econômico produzido pelo consumo de massa.

No contexto atual, a organização do trabalho experimenta uma nova estrutura, apoiada na flexibilização das relações de trabalho e dos processos produtivos, além da intensa utilização de tecnologias da informação. Esse novo padrão surge como necessidade de adaptação às transformações do sistema capitalista. O mercado globalizado forçou o desenvolvimento de novas estratégias de racionalização e de redução de custos, que tiveram também sérias implicações na quantidade e na qualidade do emprego.

COLEÇÃO PARTICULAR

Linha de produção dos carros modelo T, da Ford, nos Estados Unidos, entre 1910 e 1920.